

O TERRITÓRIO REPRESENTADO NOS HINOS DOS ESTADOS BRASILEIROS*

Tiago José Berg¹

RESUMO

Com o advento da Constituição Republicana de 1891, as províncias brasileiras se tornaram automaticamente Estados federados e poderiam ter armas, brasões e hinos próprios desde que não omitissem os símbolos nacionais.

Quando se examinam os símbolos estaduais presentes, em especial hinos, encontra-se uma grande variedade de significações que envolvem a história, a cultura, a natureza, o pensamento, o território e o regionalismo como referências simbólicas particulares de cada unidade federativa, servindo como testemunhos particulares em diferentes escalas do espaço-tempo do processo de ocupação e formação do território nacional.

Os hinos demonstram amplas possibilidades de interpretação e análise dentro do campo científico, demandando maiores estudos para que se possa estreitar as relações entre “a geografia e as representações simbólicas” como uma nova perspectiva da análise e decodificação das formas culturais de representação espacial.

Palavras chave: Hinos, Formação Territorial, Brasil, Geografia Cultural.

Palabras clave: Himnos, Formación Territorial, Brasil, Geografía Cultural.

* Reflexões do projeto de mestrado: **Território, Cultura e Regionalismo: aspectos geográficos em Símbolos Estaduais Brasileiros**. Bolsa FAPESP, processo nº 07/01795-6.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Rio Claro, nível mestrado, sob orientação da Profa. Dra. Bernadete A. C. de Castro Oliveira. Linha de Pesquisa: Conhecimento, Educação e Cultura em Geografia. E-mail: tiago_berg@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Símbolos nacionais [e estaduais] portam-se como claras declarações de identidade. Em essência, eles servem como totens modernos (no sentido Durkheimiano) – signos que carregam uma afinidade especial para as nações que representam, distinguindo-as de outras e reafirmando suas fronteiras de identidade (CERULO, 1993).

Eles remetem esses significados como um traço distintivo de um grupo ou comunidade em forma de unidade política, criando uma identidade associativa em que “se pode experimentar a consonância, a realização física da comunidade imaginada” (ANDERSON, 2005, p.197) através processo ritual.²

Dentro dessa perspectiva, como parte de tradições que parecem ou alegam ser mais antigas e que muitas vezes são de origem bastante recente, Hobsbawm e Ranger (1997) concebem os símbolos nacionais como uma “tradição inventada” pelo nacionalismo político do século XIX.³

Conforme explica Estévez (2004, p.349) “ao se cantar o hino nacional se recriam e reproduzem as lealdades a um sujeito coletivo [...] o sujeito coletivo, não se dissolve magicamente na nação, como que experimenta a nação em si mesmo”. Quando se experimenta a nação, o sujeito coletivo (o nós) entra em comunhão com essa identidade cultural transplantada para o âmbito nacional, pois, nas palavras de Stuart Hall (2005, p. 59) “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional”.

² “[...] é uma comunidade política imaginada como intrinsecamente limitada e soberana” (ANDERSON, 2005, p. 25), ou seja, o político se manifestando através das necessidades das fronteiras, da apropriação simbólica da natureza, dos elementos culturais e imaginários que circunscrevem e legitimam a nação.

³ Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [o hino, a bandeira, o brasão].

Para criar identidades de associação, os símbolos agregam e sintetizam as referências culturais, sociais e naturais vinculadas a um território em diferentes graus e, ao se tornarem signos sensoriais ostentados no processo ritual, projetam uma mensagem que referencia e circunscreve uma determinada comunidade política a um contexto espacial (político ou simbólico) limitado num plano de sobreposição temporal.

Delineando um capítulo recente dentro da história do simbolismo coletivo e da própria humanidade, os hinos, assim como os demais símbolos nacionais surgiram com esse *status* no final do século XVIII, quando, junto com a formação dos primeiros Estados nacionais modernos, passaram figurar como elementos acessórios em um período de expansão do nacionalismo e das idéias de identidade e soberania.

No Brasil, apesar da herança portuguesa no uso de bandeiras e brasões desde o século XVII, foi com o advento da República no Brasil em 1889 e a implantação da Constituição de 1891 (inspirada na constituição norte-americana), que as províncias foram transformadas automaticamente em Estados federados e “poderiam [legalmente] ter bandeira, hino e armas próprias sem omitir os símbolos nacionais” (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S.M.C., 2003, p.48).

O processo de evolução do quadro federativo brasileiro, antes e após a independência do Brasil (1822) aparecerá condensado em diferentes graus nos símbolos de seus Estados, principalmente entre o final e início dos séculos XIX-XX,⁴ e seu contexto pode revelar as idéias associadas às questões que envolvem a “representação simbólica” do espaço geográfico, através do discurso e das formas de percepção e descrição dos atributos maternais, bélicos, naturais, econômicos, regionais e demais elementos passíveis de um “desvendamento” da formação (sob um aspecto particular) do território brasileiro em seus diferentes graus no espaço-tempo.

⁴ Como reflexo dessa constituição territorial e organização política, as adoções dos símbolos estaduais ocorreram nos períodos de “florescência” do federalismo. Essas etapas de formação da federação brasileira a constituição de nossas unidades federativas revelam tendências políticas favoráveis ao “federalismo” e em outros períodos do tempo histórico seu poder de ação e participação fora reduzido pelas tendências ao “centralismo” (ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S.M.C., 2003).

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Para a análise dos elementos histórico-espaciais representados nos hinos dos Estados brasileiros, outra importante etapa metodológica decorre do entendimento do processo de evolução do território nacional e a expansão de suas fronteiras, desde a ocupação colonial portuguesa pela faixa litorânea e de como o “jogo de forças” luso-espanhol moldou nossas fronteiras além da linha de Tordesilhas, pela sobreposição dos ciclos econômicos e pela expansão para interior do país até a sua presente conformação; como afirmam Santos e Silveira (2001, p.20) “o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das diversas etapas e do momento atual”.

A conquista portuguesa se dá mediante exploração e incursão pelo litoral brasileiro durante o século XVI, com as primeiras extrações do pau-brasil sobrepostas economicamente e temporalmente pela cana de açúcar na costa nordestina e em pequenos pontos do litoral paulista. A mancha de povoamento, inicialmente limitada pela linha de Tordesilhas começa a ser rompida com a expansão da economia periférica da criação de gado no interior brasileiro e a interpenetração portuguesa na bacia do Amazonas, tanto pela fundação de fortificações quanto pela exploração das drogas do sertão, processos esses favorecidos pela elasticidade fronteiriça durante a União Ibérica (1580-1640), pelas pressões das invasões holandesas (1624-1654) e as prospecções realizadas pelos bandeirantes em busca de metais preciosos durante o século XVII. O “corpo da pátria” assim começa a tomar sua forma nos tratados de Utrecht (1713), Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), moldando os limites políticos entre os domínios das coroas portuguesa e espanhola até o início do século XIX.

Após a independência (1822), a adoção da monarquia e a consolidação do Estado nacional resultaram na presença de um sistema altamente centralizado, perdurando a demarcação e jurisdição das fronteiras nacionais. Apesar da manutenção da unidade territorial, a configuração social e política não impediu o

aparecimento das revoltas provinciais e a crise no segundo reinado agravou-se após a Guerra do Paraguai (1864-1870); o sistema monárquico começava a sofrer as pressões dos ideais republicanos, das tensões com o exército e a igreja, além do problema da escravidão, gerando um verdadeiro “desgaste” do governo imperial.

A implantação da República (1899) e a nova Constituição adotada em 1891, inspirada no modelo norte-americano, estabeleceram que cada província brasileira se tornaria, automaticamente, um Estado federado. Cabe ressaltar que essa medida foi tomada sem levar em conta o nível de desenvolvimento econômico, político, cultural e de povoamento de cada uma delas (ANDRADE, 1999).

Com o alvorecer do século XX, os últimos problemas de fronteira no Brasil (herança dos conflitos ainda no século XVIII) caminham para uma resolução final, com as disputa do Amapá, a conquista do Acre e a seção de territórios na fronteira com a Guiana Inglesa. Conforme relembra Costa (2001) [...] à exceção do Acre, adquirido da Bolívia em 1903 [...] a configuração básica do território vem sendo a mesma desde aquela época.

A década de 1920 foi marcada por um período de instabilidade política do Brasil e a crise de 1929 havia afetado seriamente a economia nacional. Estas circunstâncias levaram a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República e promulgação das Constituições de 1934 e 1937, a última originando o período do "Estado Novo" como um regime altamente centralizador na unidade nacional, onde se extinguiu o sistema federativo. Os Estados perderam toda a autonomia e foram proibidos inclusive de terem escudos, bandeiras e hinos.

Conseqüentemente, as ações para a criação dos Territórios Federais em 1943 (embrião de futuros Estados da federação), a partir de desmembramentos realizados nas regiões Norte e Centro-Oeste do país e o avanço das frentes de colonização demonstravam a preocupação (geo)política do Estado na gestão e ocupação do território nacional. Com o fim da chamada “Era Vargas” e a redemocratização promovida pela nova Constituição de 1946, a idéia de federação e os direitos vinculados aos Estados foram restabelecidos, inclusive no que se referia ao direito de usar símbolos próprios.

Outro marco na gestão e transformação do território foi a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília (1960), o que proporcionou o deslocamento do eixo político-econômico da nação e representou a implantação de um poderoso “posto de vanguarda” para o norte e oeste do Brasil, regiões que o Estado nacional vinha tentando “capturar” há várias décadas (COSTA, 2001).

Durante o governo militar, intensificou-se a política de expansão do território e a ocupação engenhosa do espaço brasileiro, principalmente no norte e oeste, chegando até a região da Amazônia, com o intuito de integrá-la (economicamente) ao restante do país. Tais transformações de caráter ocupacional e estratégico, pelo avanço das frentes de colonização e a fronteira agrícola no último quartel do século XX resultaram no desmembramento de novas unidades da federação, mais precisamente em 1979 com a criação dos estados de Mato Grosso do Sul, de Rondônia em 1981 e finalmente após a Constituição Federal 1988, com a criação dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima. Para uma análise desse processo de evolução do território brasileiro, os hinos dos Estados de São Paulo e Mato Grosso convertem-se como exemplos amostrais da evolução do território nacional até o limiar do século XX.

HINOS ESTADUAIS: SÃO PAULO E MATO GROSSO.

O hino paulista foi composto em 1934 por Guilherme de Almeida (1890-1969), sob o título de “Hino dos Bandeirantes” e tornou-se hino oficial do Estado de São Paulo em 1967.

Hino dos Bandeirantes

Paulista, pára um só instante
Dos teus quatro séculos ante
A tua terra sem fronteiras,
O teu São Paulo das “bandeiras”!

Deixa atrás o presente:
Olha o passado à frente!
Vem com Martim Afonso a São Vicente!
Galga a Serra do Mar! Além, lá no alto,
Bartira⁵ sonha sossegadamente
Na sua rede virgem do Planalto.

Espreita-a entre a folhagem de esmeralda;
Beija-lhe a Cruz de Estrelas da grinalda!
Agora, escuta! Aí vem, moendo o cascalho,
Botas-de-nove-léguas, João Ramalho.
Serra acima, dos baixos da restinga,
Vem subindo a roupeta
De Nóbrega e de Anchieta.

Contempla os Campos de Piratininga!
Este é o Colégio. Adiante está o sertão.
Vai! Segue a entrada! Enfrenta!
Avança! Investe!
Norte - Sul - Este - Oeste,
Em “bandeira” ou “monção”,
Doma os índios bravios.

Rompe a selva, abre minas, vara rios;
No leito da jazida
Acorda a pedraria adormecida;
Retorce os braços rijos
E tira o ouro dos seus esconderijos!

⁵ João Ramalho (1493-1580), fundador do município de Santo André-SP, casou-se com a índia “Bartira” – representação metafórica “da beleza virgem e carnal” destas terras, também lembrada ao tratar da “rede virgem do planalto”, ou seja, à espera da ocupação do colonizador.

Bateia, escorre a ganga,
Lavra, planta, povoa.
Depois volta à garoa!

E adivinha através dessa cortina,
Na tardinha enfeitada de miçanga,
A sagrada Colina
Ao Grito do Ipiranga!
Entreabre agora os véus!
Do cafezal, Senhor dos Horizontes,
Verás fluir por plainos, vales, montes,
Usinas, gares, silos, cais, arranha-céus!

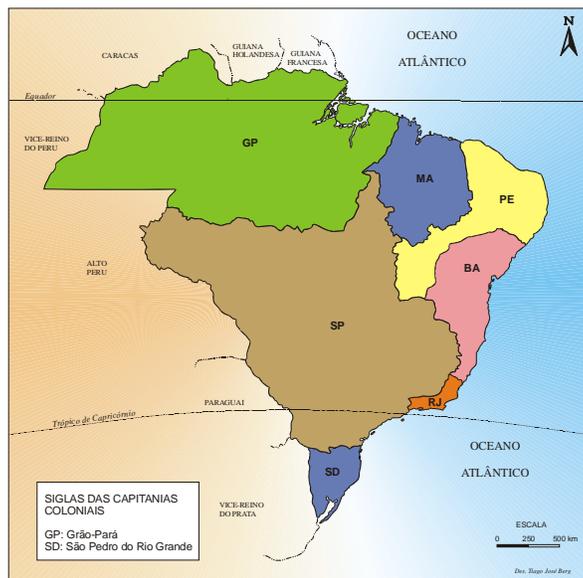
O “Hino dos Bandeirantes” é a síntese da ocupação histórica do território paulista e do alargamento das fronteiras ocidentais do Brasil desde as primeiras etapas da colonização até meados do século XIX, quando a expansão cafeeira tornar-se-ia o carro-chefe da ocupação e modificação do território pertencente ao Estado. O autor termina os versos denotando a transição para o capital industrial no entorno da capital paulista na década de 1930.

Ao tratar da “terra sem fronteiras”, é relembada a expansão territorial que o bandeirantismo havia adquirido na província de São Paulo até meados do século XVIII (mapa 1). A Coroa portuguesa então, visando melhor administrar a imensa área sob o raio de ação dos paulistas, optou pelo fracionamento do espaço tradicional da capitania de São Paulo, formando as províncias de Minas Gerais (1720), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1738), Goiás e Mato Grosso (1748). Até 1853, São Paulo contava com o território do atual Estado do Paraná sob sua administração.

Consequente, apresenta-se a estrofe que caracteriza o nascimento do Estado com a vinda de Martin Afonso de Souza e a fundação da vila, depois cidade, de São Vicente em 1532. A área paulista estava no segundo plano na produção açucareira, devido à pequena e estreita faixa de litoral e a barreira

natural das escarpas tropicais da “Serra do Mar”, demonstrando a influência dos fatores orográficos sobre o projeto colonial português. Restava ao colonizador aventurar-se serra acima em busca de expandir uma nova atividade econômica.

Mapa 1: A província de São Paulo em 1709.



Destaca-se no plano histórico a contribuição de João Ramalho para a colonização “serra-acima”, português que havia naufragado na costa de São Paulo por volta de 1513. Alves Filho (2000) citando Jaime Cortesão (1969), afirma que “Ramalho é o grande elo, o mais direto e sólido entre a pré-história e a história do Brasil, entre a cultura indígena de um lado, e do outro a cultura adventícia”. Encontrado pela tribo dos guaianases, adaptou-se à vida local, onde aprendeu a galgar os caminhos pela Serra do Mar, fundando em 1553 a vila de Santo André da Borda do Campo, no alto do planalto paulista, onde se apresenta a fitomorfologia dos campos de cimeira. Ao tratar da expressão “botas-de-nove-léguas”, o autor destaca a distância percorrida por João Ramalho de São Vicente ao sítio histórico da vila de Santo André.⁶

⁶ Uma légua portuguesa é uma medida itinerária equivalente à 3.000 braças ou 6.600 metros; aproximadamente a mesma medida da distância entre Santo André e São Vicente por rodovia, cerca de 55 km.

A percepção do autor continua com a “folhagem de esmeralda”, retratando a opulência da vegetação da Mata Atlântica, que recobria as escarpas da Serra do Mar e a restinga, que consiste geomorfologicamente de um cordão ou massa arenosa, disposta paralelamente à costa, e que permanece elevada acima da maré mais alta (IBGE, 2004).

A colonização da capital paulista se daria com a vinda dos sacerdotes Manuel da Nóbrega (1517-1570) e José de Anchieta (1534-1597) que subiram a serra com a ajuda e experiência adquirida por João Ramalho, fundando no ano de 1554 a vila do Colégio de São Paulo de Piratininga. Estabelecido o sítio urbano em 1560, a vila permaneceu pobre e isolada, mantendo-se por meio de lavouras de subsistência. Essa oposição em relação ao sertão desconhecido remete a um “desafio” conforme relembra o autor, pois, como salienta Alves Filho (2000, p. 208) “extremamente pobres, mesmo à luz das condições materiais prevaletentes na Colônia, não restaria aos paulistas senão a aventura militar preconizada pelas bandeiras”.

A partir desse momento passa a ser lembrada a figura histórica do bandeirante, através das expedições como as “entradas” ou “bandeiras”, feitas por meio terrestre; as “monções” eram sob o auxílio dos rios. Conforme visto, essa expansão se deu por amplos territórios além dos atuais limites do Estado no qual relembra o verso contendo os pontos cardeais. Entretanto, a figura heróica do bandeirante tanto na heráldica, como na pintura⁷ e poesia, passa uma impressão falsa da sua verdadeira imagem.⁸

⁷ Em 1922, Alfonso d'Escagnolle Taunay solicitou a Luiz Brizzolara que caracterizasse, no mármore, os vultos dos bandeirantes [...] Na falta de modelos anteriores ou informes seguros que pudessem orientar o artista, incumbido de executar a tarefa que lhe era atribuída, o mesmo teve que buscar [...] uma imagem aceita por todos e repetida: a de um homem varonil, elegante mesmo, não com feições de um jovem atleta olímpico, mas com compleição robusta, de homem maduro, portanto, já realizado (FEDERICI, 1980, p. 92-94).

⁸ Isso, bem o sabemos, não é a expressão da verdade. Contrasta, e muito, com a pobreza franciscana de que se revestia, naquela época, a economia do planalto paulista. [...] O que de efetivo se constatou, no passado desse tipo humano que tanto encheu de glórias as páginas de nossa história, é muito diferente, tudo se reduzindo a um modesto equipamento de viagem, constante de embornal, calças simples de algodão, um pano amarrado na cabeça e as armas comuns: arcabuz com forquilha, espada longa e um facão para cortar o mato e ir abrindo o caminho. E, pasmem todos, descalços... [...] Federici (1980, p. 93-95).

O ápice do bandeirantismo paulista se daria por volta de 1630, em virtude da invasão holandesa na região Nordeste. O apresamento de indígenas surge nessa medida como um meio rentável aos exploradores do sertão, tanto pelo alto custo do escravo negro quanto pela necessidade de braços para as lavouras da Colônia ainda mantidas sob o domínio português. Assim, o paulista se volta para a captura de índios e conseqüente envio para áreas agrícolas coloniais (ALVES FILHO, 2000, p. 208).

Ao expressar a transformação do espaço natural pela abertura de estradas ao longo do território e o avançar com certa “fluidez pelos rios” o autor comete um exagero em conseqüência tanto da estrutura do poema, na epopéia da representação do bandeirantismo paulista, conforme atentou Ab’Saber (1956):

O fato de a maior parte dos rios paulistas e paranaenses darem as costas ao mar, encaminhando-se no sentido do interior do continente, muitas vezes tem sido interpretado como fator da maior importância na explicação da marcha do povoamento, em direção à hinterlândia. Entretanto, nada mais ilusório que essa visão interpretativa, de caráter puramente planimétrico, da rede hidrográfica do setor norte-oriental da bacia do Paraná. Em primeiro lugar torna-se necessário pôr em evidência que os aludidos cursos d’água nascem no reverso continental das grandes escarpas de falhas da Serra do Mar e caminham para o interior, através de sinuosos vales encachoeirados, de perfis longitudinais extremamente irregulares. [...] Mas não se trata de vias líquidas de clássica aptidão para a navegação fluvial, como se poderia pensar, e nem mesmo rios suscetíveis de serem transformados em elementos efetivos de circulação. É muito fácil comprovar que em todas as épocas históricas do povoamento regional, tais rios foram complementos medíocres para a circulação do homem e das riquezas. [...] Tão ásperos se apresentaram alguns caminhos naturais que a única tentativa mais ousada feita no sentido de seu aproveitamento, ficou marcada na história paulista com foros de verdadeira epopéia. Referimo-nos ao ciclo das monções.⁹

Passada a fase de apresamento, começa no final do século XVII o bandeirantismo de prospecção (ou minerador) com a descoberta de ouro no interior do território – na qual o autor discorre em versos sobre o processo de mineração –, os avanços partem em direção ao atual território de Minas Gerais, para o interior de Goiás e Mato Grosso, terminando em colocar outra função em relação ao bandeirantismo que era a fundação de vilas e arraiais ao longo do

⁹ Ver: AB’SABER, A. N. Transcrições – Relêvo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil. **Boletim Geográfico**, nº 132, (16), maio-junho, 1956. pág. 248-250.

espaço de interesse colonial. A queda da mineração ocorre no último quartel do século XVIII, e conseqüentemente “encerra-se, de fato, a fase propriamente aventureira, senão heróica, dos moradores da região, fase essa que tanto influía, ainda que indiretamente, para o alargamento das fronteiras coloniais” (ALVES FILHO, 2000, p. 210).

Na estrofe final o autor dá um salto no tempo histórico, ausentando a ascensão da economia açucareira em São Paulo durante o final do século XVIII até meados do século XIX, voltando-se à capital paulista como palco da cena heróica da independência do Brasil, acontecida às margens do Rio Ipiranga, decantando o relevo caracterizado pelas colinas encontradas no interior da bacia geomorfológica paulistana.

Ao final o contraste revelado com as manchas de penetração do café no início do século XIX, inicialmente no Vale do Paraíba e espalhando-se na direção do interior paulista, revelam o uso da expressão “senhor dos horizontes” como a principal cultura agrícola de São Paulo em plena expansão até a década de 1930. Com a crise no setor cafeeiro (1929) seguindo-se durante a década de 1930, a oligarquia paulista perde força, injetando seus investimentos nas atividades urbanas e industriais em detrimento do campo, ou seja, a inserção nos meios técnico-científicos (SANTOS; SILVEIRA, 2001) que se desdobram na transição da função da metrópole paulista de ponto nodal do capital agrícola para os equipamentos do capital urbano-industrial. Destaca-se ainda a linguagem da descrição da geografia física feita pelo autor ante a “cortina” (o Planalto Atlântico) em direção aos “plainos, vales, montes” (as formas de relevo sedimentares características da Depressão Periférica e do Planalto Ocidental) dando a idéia do avanço do meio técnico, ou seja, o progresso do equipamento urbano-pré-industrial da cidade de São Paulo fluindo para o litoral e a hinterlândia, na mesma forma dos avanços do bandeirantismo.

Assim, a descrição espaço-tempo revelada neste hino abrange um período de formação territorial que se inicia no começo do século XV até as primeiras décadas do século XX, servindo como um documento para a interpretação geográfica da produção do espaço paulista.

Mato Grosso

O hino de Mato Grosso é o mais recente dos três símbolos oficiais do Estado, sendo oficializado em 1983; a letra pertence ao poema intitulado “Canção Mato-grossense” de autoria de Dom Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956), que foi arcebispo de Cuiabá, governador do Mato Grosso (1918-1922) e membro da Academia Brasileira de Letras.

Canção Mato-grossense

Refrão

Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

I
Limitando, qual novo colosso,
O Ocidente do imenso Brasil.
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso,
Nosso berço glorioso e gentil!
Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguá!

II
Terra noiva do Sol, linda terra,
A quem lá, do teu céu azul todo azul,
Beija, ardente, o astro louro na serra,
E abençoa o Cruzeiro do Sul!
No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!

III

Hévea fina, erva-mate preciosa,
 Palmas mil são teus ricos florões;
 E da fauna e da flora o índio goza
 A opulência em teus virgens sertões!
 O diamante sorri nas grupiaras
 Dos teus rios que jorram, a flux,
 A hulha branca das águas tão claras,
 Em cascatas de força e de luz!

IV

Dos teus bravos a glória se expande
 De Dourados até Corumbá;
 O ouro deu-te renome tão grande,
 Porém mais nosso amor te dará!
 Ouve, pois, nossas juras solenes
 De fazermos, em paz e união,
 Teu progresso imortal como a fênix
 Que ainda timbra o teu nobre brasão!

A “canção Mato-grossense” adotada como hino estadual em 1983¹⁰ apesar de não apresentar a realidade sócio-econômica do atual Estado é o reflexo da condição histórico-espacial de Mato Grosso no início do século XX, que compreendia os territórios das atuais unidades federativas de Mato Grosso do Sul e Rondônia, cuja primeira estrofe de referência aplicada pelo autor se justifica com as palavras de grandiosidade, como “novo colosso” e orientação no espaço – “ocidente do imenso Brasil” –, contrastando com as palavras de jovialidade romântica, épica e afetiva – “sempre em flor” e “berço glorioso e gentil” – utilizadas no hino, pois “a idéia intrínseca do poema evoca referências clássicas, históricas e fatores ambientais e telúricos regionais” (MATO GROSSO, 2006).

De fato constituição de caráter ocidental do território do Estado se deu desde a descoberta de ouro e fundação do arraial de Cuiabá em 1719 e sua segmentação da província de São Paulo em 1749; segundo um alvará régio da época,¹¹ “trata-se de manter os vizinhos em respeito, servindo a capitania de antemural para todo o interior do Brasil” (ALVES FILHO, 2000, p. 92).

¹⁰ (...) Foi cantada em público pela primeira vez durante a cerimônia principal das comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá, em 08/04/1919. Em 1983, a comissão julgou por bem manter a letra original em sua extensão e conteúdo, visto não se poder mutilar uma obra, literária ou artística, sem autorização do autor. O poema representa uma visão em termos altos sobre Mato Grosso. Contudo, para efeitos pedagógicos, o poema foi desestruturado, sem sofrer qualquer alteração em seu conteúdo (MATO GROSSO, 2006).

¹¹ “Ora, esse mesmo alvará consagra a aplicação do termo Mato Grosso para toda aquela região de vegetação espessa e cerrada, ante-sala da Amazônia. O termo teria sido cunhado pela expedição de Pais de Barros, que adentrou o oeste do território mato-grossense em 1734, em perseguição aos índios pareci” (ALVES FILHO, 2000, p. 92).

A referência no final da primeira estrofe é com relação à descoberta de ouro nas terras do Estado, pois o Mato Grosso surge do ouro (ALVES FILHO, 2000). Também demonstra a relação conflituosa entre os bandeirantes com a tribo indígena dos paiaguá, que habitavam originalmente a região que se encontra entre o Paraguai e o Pantanal; as incursões dos desbravadores europeus pela calha do Rio Paraguai geravam embates e hostilidades entre os paiaguá e os forasteiros. Com relação ao domínio dos povos indígenas de região, “essas ações se explicam ora pela necessidade de se obter braços para o trabalho, ora por razões de natureza estritamente militar, de controle de território” (ALVES FILHO, 2000, p. 92). Conforme cita o refrão, a referência é feita ao bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral Leme, que descobriu ouro nas margens do Rio Coxipó com o Rio Cuiabá em 1718, dando início à colonização portuguesa, no período de 1719-1770 a extração do ouro provoca grande procura pela região, com sucessivas ondas migratórias.

Na segunda estrofe há grande referência à descrição geográfica de exaltação ao espaço natural do Estado por parte do autor, ao citar a insolação recebida pela área latitudinal em que se encontra conforme a expressão “terra noiva do sol”; trata ainda da referência da situação meteorológica (imaginária) ao se referir ao céu azul e do movimento solar durante o dia, lembrando o nascimento do sol nas serras entorno das estruturas geomorfológicas que formam Chapada dos Guimarães, próxima à cidade de Cuiabá como ponto de referência da “visão de mundo” decantada pelo autor e da constelação do “Cruzeiro do Sul”, símbolo das “terras austrais”.

Expressa também a descrição de Mato Grosso no Planalto Central do Brasil, ao tratar do domínio dos chapadões recobertos pela vegetação de campos e cerrados interpenetrados por florestas-galeria, segundo Ab’Saber (2003, p. 117):

“Os campestres ilhados no meio de grandes extensões de cerrados e cerradões não passam de enclaves de campos tropicais e, portanto, de savanas brasileiras (noroeste de Mato Grosso, sudoeste de Goiás, faixas de campos limpos de áreas dissecadas em cabeceiras de sub-bacias hidrográficas, serranias quartzíticas, situadas ao norte de Brasília) [...]”.

Nos versos seguintes o autor comete um exagero ao decantar o complexo do Pantanal como um verdadeiro “mar”, ficando a idéia da imensidão desse ecossistema; também trata da atividade econômica predominante em Mato Grosso durante o início do século XX, que era a criação de gado, novamente com um exagero no sentido do número de animais ser imensurável a primeira vista. Ao rememorar as “mimosas pastagens”, demonstra afetividade ao lugar, já que este se torna incomparável com outros lugares. Deve-se lembrar que a introdução do gado provocaria uma mudança na economia local, com nítido predomínio da região sul sobre as demais (ALVES FILHO, 2000).

A terceira estrofe valoriza as atividades econômicas associadas ao extrativismo vegetal do Estado, onde predominava a extração de látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e da erva-mate (*Ilex paraguariensis*); conforme relembra Alves Filho (2000, p. 94) “os cerca de oitenta mil habitantes da região estavam como que adormecidos nos cerrados e no pantanal. Viviam então da erva-mate, ao sul, e da exploração da seringueira, mais ao norte. E de gado, quase nada mais”.

Dom Aquino retrata a formação das veredas, principalmente na expressão “palmas mil”, referência aos buritizais, característicos da fitofisionomia das áreas de nascentes e brejões de cimeira dos cerrados; tal exaltação continua quando citadas a fauna e flora, além do “sertão”, lembrando os espaços abertos ocupados por esse domínio, no qual se inserem os grupos indígenas do Estado que aproveitam prazerosamente do ambiente conforme a visão de mundo do autor. Os quatro versos seguintes continuam a descrever as riquezas de Mato Grosso, primeiramente as minerais, como a proposição da abundância de diamantes nas grupiaras (ou gupiaras), que são depósitos diamantíferos nas cristas dos morros; continua com a descrição da hidrografia, não fazendo referência a um rio específico, mas demonstrando que são rios que nascem e percorrem áreas de típicas de relevo planáltico sedimentar e cristalino de altitude média em direção às bacias dos rios Amazonas, Paraguai e Araguaia-Tocantins.

A quarta estrofe decanta duas cidades que hoje se encontram em Mato Grosso do Sul (Dourados e Corumbá),¹² com relação à referência poética do autor sobre essas duas cidades, explica Mato Grosso (2006):

A imensa extensão territorial de Mato Grosso já compreendeu parte do Estado do Acre e do Amazonas e integralmente os Estados de Rondônia e de Mato Grosso do Sul. Portanto, a História de Mato Grosso vai até além dos seus atuais limites. Por isto, é natural que o Hino Oficial do Estado de Mato Grosso cite as cidades de Corumbá e Dourados, que já pertenceram ao território mato-grossense e foram cenários históricos para importantes páginas de glória e bravura do seu povo. Quando Dom Francisco de Aquino Corrêa escreveu o texto da "Canção Mato-grossense", que foi reconhecida em 1983 como o Hino Oficial do Estado de Mato Grosso, o território mato-grossense compreendia, também, o atual Estado de Mato Grosso do Sul, onde aquelas duas cidades estão localizadas. Se quisesse, Dom Francisco de Aquino Corrêa poderia ter incluído o Forte Príncipe da Beira, em Rondônia, por exemplo.

A citação do pássaro “fênix” – uma ave quimérica que na mitologia ressurgue de suas cinzas –, relembra os períodos de prosperidade e marasmo econômico que se alteraram na história mato-grossense. Com relação ao brasão de armas do Estado (figura 1):¹³

Figura 1: Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso.



¹² Na letra do Hino jamais se cogitou do ambiente e sim do homem, como veremos: "Dos teus bravos a glória se expande/De Dourados até Corumbá". O que o autor decantou no poema foi a glória dos filhos de Mato Grosso e não o pedaço geográfico (MATO GROSSO, 2006).

¹³ Sendo Dom Francisco de Aquino Corrêa autor do Brasão de Mato Grosso, fez encimar sobre o mesmo a figura de uma Fênix e foi oficializado pelo Decreto nº 799, de 14 de agosto de 1918.

Em 1919, Mato Grosso passa por uma renovação nos transportes, ao receber a via férrea e estabelecer a ligação com os Estados do Sudeste; nas décadas seguintes ocorre o recuo do extrativismo vegetal (principalmente borracha, madeira, carvão e castanha), o aumento da área cultivada (soja, arroz, algodão, café, cacau...) a exploração do potencial mineral (ouro, diamante, prata) e a criação de gado. Com a divisão do Estado em 1977, Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia Legal e observa-se que a sua porção meridional se encontra sob controle das velhas famílias mato-grossenses, mas a porção setentrional se encontra sob controle dos imigrantes, garimpeiros, madeireiros, plantadores de soja e criadores de gado (ANDRADE, M.C. E ANDRADE, S. M. C. 2003).

Assim, a realidade sócio-espacial encontrada no hino de Mato Grosso faz referência a situação em que se encontrava o Estado no início do século XX e devido à condição de “canção popular”, ganhou o status de um símbolo que apresenta grande testemunho histórico-geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve artigo, enfatizei uma face específica da formação territorial do Brasil, desvendando-o pelos símbolos de suas unidades federativas, com uma grande variedade de significações que envolvem a história, a cultura, a natureza, o pensamento e a construção territorial (simbólica) como referências particulares destas unidades federativas, agindo como testemunhos em diferentes escalas no espaço-tempo do processo de ocupação e formação do território nacional.

Os símbolos estaduais portam-se como documentos passíveis de uma análise geográfica, pois são elementos que procuram carregar em si os valores culturais de reconhecimento mútuo entre os membros de um grupo, associados à construção de uma identidade alicerçada na trama da representação da sociedade

e natureza. Como recurso metodológico analisei a produção dos símbolos enquanto elementos acessórios na construção da idéia de identidade (estadual), confrontando-os com a formação territorial do Brasil, de forma a desconstruir o “discurso geográfico” contido em suas representações.

Assim, os hinos dos Estados brasileiros demonstram amplas possibilidades de interpretações e análise no âmbito científico, demandando maiores estudos para que se possa estreitar as relações entre “a geografia e representações simbólicas” como uma nova perspectiva da análise e decodificação das formas culturais de representação espacial.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Transcrições – Relêvo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil. **Boletim Geográfico**, nº 132, (16), maio-junho, 1956.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159p.

ALVES FILHO, I. **História dos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240p.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Porto: Edições 70/LDA, 2005. 283p.

ANDRADE, M. C. **As raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/Editora do Sagrado Coração, 1999. 198p.

_____.; ANDRADE, S. M. C. **A Federação Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. 127p.

CERULO, K. Symbols and the World System: National Anthems and Flags. **Sociological Forum**, v.8, n. 2, p.243-271, 1993.

COSTA, W. M. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 83p.

ESTÉVEZ. M. G. El amor a la patria y a la tribu: las retóricas de la memoria incómoda. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 47 (2), p.345-377, 2004.

FEDERICI, H. **Símbolos paulistas: estudo histórico-heráldico**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 316p.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MATO GROSSO (Estado). Portal do Governo. **Símbolos oficiais do estado de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/sbmt/>>, acesso em 27 de setembro de 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 470p.